



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: ALFREDINHO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 28 DE JUNHO DE 2016

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Declaro abertos os trabalhos da 4ª audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa de 2016, tendo como objetivo debater projetos de lei.

Só para esclarecer, o maior interesse da maioria que está aqui deve ser o projeto que trata da questão das bancas de jornal. E como há projetos não polêmicos na pauta, para que tenhamos mais tempo para debater o mais polêmico, vou começar pelos projetos não polêmicos, para ir limpando a pauta e deixarmos o projeto das bancas por último. Combinado, não é? (Pausa)

O primeiro projeto é o PL 161/12, Vereador Aníbal de Freitas. Dispõe sobre a construção de rampas para deficientes físicos nas áreas de acesso das calçadas para efeito de certificação de acessibilidade e dá outras providências. Não há oradores inscritos, dou então por encerrada a audiência pública do PL 161.

O segundo projeto é o PL 194/12, Vereadora Noemi Nonato. Institui diretrizes para capacitação de profissionais de educação para atendimento de demandas que ultrapassem o currículo pedagógico formal das disciplinas e dá outras providências. Não há oradores inscritos, dou então por encerrada a audiência pública do PL 194.

O terceiro projeto é o 08/13, Vereador Adilson Amadeu. Acrescenta o item 13.3.9 do anexo I, da Lei 11.228, de 25 de julho de 1992, que dispõe sobre a destinação de vagas de estacionamento para zelador ou cargo similar nos edifícios e condomínios do Município de São Paulo e dá outras providências. Não há oradores inscritos, dou então por encerrada a audiência pública do PL 08/13.

O próximo projeto é o PL 307/14, Vereador Reis. Obriga a instalação de brinquedos inclusivos em todos os recreios infantis localizados em parques e demais espaços do Município de São Paulo e dá outras providências. Não há oradores inscritos, dou então por encerrada a audiência pública do PL 307.

Anuncio a presença do Prefeito Andrea Matarazzo. (Risos)

O próximo projeto é o PL 167/15, Vereador Ricardo Young. Institui a obrigatoriedade da elaboração de inventários das emissões de gases de efeito estufa e de implantação de medidas de redução e de compensação nos eventos esportivos, culturais e religiosos, festivos e assemelhados, de grande porte, no Município de São Paulo e dá outras providências. Não há oradores inscritos, dou então por encerrada a audiência pública do PL 167.

O próximo é o PL 260/15 do Vereador Reis. Institui o Programa Busca Ativa São Paulo no Município de São Paulo e dá outras providências. Não há oradores inscritos, dou então por encerrada a audiência pública do PL 260.

O próximo é o PL 300/15, Vereador Jonas Camisa Nova. Dispõe sobre a proteção e defesa do contribuinte de tributos municipais e dá outras providências. Não há oradores inscritos, dou então por encerrada a audiência pública do PL 300.

Passemos ao projeto de lei 338/15, Vereador Natalini. Veda o beneficiamento e comercialização de itens feito de marfim de elefante no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências. Não há oradores inscritos, dou então por encerrada a audiência pública do PL 338.

O próximo é o PL 540/15, Vereador Reis. Institui o Programa Escola Sustentável no Município de São Paulo e dá outras providências. Não há oradores inscritos, dou então por encerrada a audiência pública do PL 540/15.

O item seguinte é o PL 581/15, Vereador Ricardo Young. Dispõe sobre o destino de alimentos que perderam o valor comercial, mas ainda próprios para consumo. Não há oradores inscritos, dou então por encerrada a audiência pública do PL 581.

O próximo é o PL 640/15, Vereador Donato. Institui a obrigatoriedade de fixação de caixas coletoras nas farmácias e drogarias para que os consumidores retornem resíduos sólidos de recipientes de saúde, como embalagens primárias, instrumentos perfurocortantes, como agulhas, seringas, ampolas de vidro e eventuais sobras de medicamentos e

medicamentos vencidos. Não há oradores inscritos, dou então por encerrada a audiência pública do PL 640.

Item seguinte, PL 641, Vereador Paulo Fiorilo. Institui a obrigatoriedade da criação de espaços fechados denominados cachorródromos em clubes, parques, áreas públicas municipais destinadas ao lazer, para cães sem estarem presos a coleiras e dá outras providências. Não há oradores inscritos, dou então por encerrada a audiência pública do PL 641.

Próximo item PL 660/15, do Vereador Andrea Matarazzo, que está aqui presente. Dispõe sobre a obrigatoriedade de remoção de cabos e fixação de aéreas excedentes, sem uso, instaladas para concessionárias que operam ou utilizam a rede aérea no Município de São Paulo e dá outras providências. Não há oradores inscritos, dou então por encerrada a audiência pública do PL 660.

Contamos agora com a presença do Vereador Mario Covas, que é da Comissão de Justiça. Tem a palavra o Vereador Andrea Matarazzo.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Quero aproveitar para explicar à Mesa, rapidinho, o que é esse PL. Eu devia ter me inscrito, mas no fundo é a obrigatoriedade de todos os excedentes de fiação, que hoje são deixados nos postes da rede elétrica de São Paulo. Provavelmente todos devem ter visto, não só os carretéis, ou seja, o armazenamento de cabos das empresas de internet, telefones, TV a cabo, essas instalações são feitas nos postes em depósitos, muitas vezes, tampando placas de trânsito e outras que lá estão, muitas vezes ficando soltas colocando em risco as pessoas, como já teve vários acidentes de motocicleta com os cabos enganchando no pescoço ou no peito das pessoas.

Em resumo, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Vereador Andrea Matarazzo.

O próximo projeto também é do Vereador Andrea Matarazzo, PL 661/15. Dispõe sobre o Programa Municipal de Atenção Básica às Crianças – ABC e dá outras providências.

O Vereador gostaria de comentar?

O SR. ANDREA MATARAZZO – Gostaria de comentar. O projeto prevê o complemento do Programa Mãe Paulistana, que enquanto as mães estiverem na fila de creche, esperando vaga - provavelmente hoje elas dão algum jeito- enquanto não sai a vaga, significaria então o poder público, a Secretaria da Educação, suprir esse jeito, que no fundo é o vale-creche no intervalo enquanto a mãe não consegue formalmente vaga na creche. O poder público subsidiará creche privada ou outra forma.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito bom, parabéns Vereador Andrea Matarazzo. Não há mais oradores inscritos, então encerro a audiência pública.

O próximo é o PL 666/15, Vereador Toninho Vespoli. Dispõe sobre animal comunitário, estabelece normas para o seu atendimento no Município de São Paulo e dá outras providências. Não há oradores inscritos, está encerrada a audiência pública do PL 666/2015.

O próximo item é o PL 009/2016, de autoria do Vereador Mario Covas Neto, que dispensa as escolas públicas localizadas no Município de São Paulo da obtenção do auto de vistoria de segurança e dá outras providências.

Com a palavra o Vereador Mario Covas Neto.

O SR. MARIO COVAS NETO – Apenas para esclarecer que essa é uma reivindicação tanto das escolas estaduais como das municipais. Há um auto de vistoria dado pelo Corpo de Bombeiros, mas há uma segunda regra aqui no Município exigindo o auto de vistoria de segurança e isso acaba sendo contraditório com aquilo até porque as escolas têm as escadas mais amplas e tal e há uma contradição com relação à porta de fogo.

É uma reivindicação e estou apenas sendo portador daquilo que é um desejo de ambos os Poderes.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Vereador Mario Covas Neto.

Passemos ao próximo item: PL 037/2016, do Vereador Dalton Silvano, que

dispõe sobre o programa Agente de Saúde voluntário de combate à dengue e outras doenças transmitidas pelo mosquito *aedes aegypti*, como dengue, chikungunha, vírus zika e outras, no Município de São Paulo e dá outras providências.

Não há oradores inscritos, está encerrada a audiência pública do PL 037/2016.

Passemos ao item seguinte: PL 067/2016, do Vereador Natalini, que dispõe sobre a obrigatoriedade da empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica e demais empresas ocupantes de sua infraestrutura a se restringir à ocupação do espaço público dentro do que estabelece as normas técnicas aplicáveis e promover a regularização e a retirada dos fios inutilizados, em vias públicas do Município de São Paulo e dá outras providências.

Não há oradores inscritos, está encerrada a audiência pública do PL 067/2016.

Passemos ao item seguinte: PL 070/2016, do Vereador Dalton Silvano, que torna obrigatória a limpeza e higienização de carrinhos e cestos de compras em hipermercados, supermercados, atacadões e outros similares.

Não há oradores inscritos, está encerrada a audiência pública do PL 070/2016.

Passemos ao último item da pauta: PL 236/2016, do Executivo, que cria o Programa “Banca SP” e dispõe sobre a padronização das bancas de jornais e revistas com veiculação de anúncio publicitário, bem como cria o fundo municipal do mobiliário urbano e da paisagem urbana.

Tem a palavra o Vereador Andrea Matarazzo.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Gostaria de me inscrever para falar.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Nobre Vereador, daremos a palavra aos Vereadores que desejarem falar, mas estou preocupado com o tempo, porque haverá uma

reunião extraordinária em seguida. Dessa forma, teremos 30 minutos para debater.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Se os senhores ficarem em silêncio, também ajuda. Na verdade, temos uma hora, portanto, quem quiser, pode se inscrever para debater.

Tem a palavra o Vereador Andrea Matarazzo.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Quero me manifestar a respeito de um projeto do Executivo que chegou aqui, primeiro, muito cru e, segundo, não foi debatido. A meu ver esse é um projeto que interfere em outra legislação já existente, no caso, a Lei Cidade Limpa.

Existe uma série de outros projetos que interferem na Lei Cidade Limpa aqui na Câmara, inclusive projetos a respeito de bancas de jornal, que não foram discutidos em consonância com esse projeto do Executivo.

Então, o que está me parecendo é que a gente vai fazendo remendos, em função do momento ou em função de pedidos isolados, quando nós temos que fazer ou temos de pensar na questão da paisagem urbana no geral da Cidade, como nós temos que pensar na questão de mobiliário urbano de forma global na Cidade e não ir, a cada instante, fazendo remendos, que a gente percebe que só abrem brechas para estragar alguma coisa dos poucos projetos que tiveram a aprovação de quase 100% da Cidade, que foi a Lei Cidade Limpa. Nada contra que se discuta a questão. Até acho isso importante. Por outro lado, está se falando em publicidade nas bancas de jornal de uma forma que já era permitida pela Lei Cidade Limpa. Era permitida a publicidade de veículos de comunicação, que são os produtos vendidos nas bancas de jornal.

A meu ver, há alguns problemas. O que eu li, na imprensa, é que já há interesse de sindicato fazer a comercialização em bloco etc. Quer dizer, está se criando não um benefício específico a bancas de jornal. Parece-me que está se criando uma nova grande empresa de

exploração de mídia na cidade de São Paulo. Já foi feita essa discussão. Essa licitação já foi feita, é regulamentada e existem empresas que participaram de uma concorrência, quando havia uma regra do jogo. Nós estamos aí mudando a regra do jogo no meio do jogo. Eu acho complicado fazer isso.

Quando eu vi realmente a questão de se pensar em pegar as “x” bancas de jornal, sindicato e fazer a comercialização disso em conjunto, eu acho que muda de figura. Não estamos mais falando aí de um benefício a bancas de jornal. Aí estamos falando da criação de uma nova atividade econômica na Cidade, que já é regulamentada, que já tem legislação, inclusive legislação e contratos bastante recentes. Não era da minha época, mas eu estou olhando como quem participou do início da Lei Cidade Limpa, que foi um trabalho imenso. Foi uma discussão longuíssima inclusive aqui nesta Casa, quase um ano de discussão; e, de repente, um projeto que vem do Executivo e se chama “banca SP”, mexe em estruturas de bancas de jornal etc., que não me parece que foi discutido nem mesmo com o pessoal das bancas de jornal. Não vi nenhuma audiência pública grande aqui sobre esse assunto.

Quer dizer, nós temos obrigação de discutir com a sociedade, com os interessados, que são as bancas de jornal, não com o sindicato de bancas de jornal, mas com as bancas de jornal, com os proprietários das bancas de jornal, e com a própria Câmara. É um projeto que chegou aqui há quinze dias, e nós estamos já fazendo a segunda audiência pública. Já se passou em primeira votação sem nenhuma discussão, sem nenhum conhecimento dos Vereadores. Eu desafio algum Vereador a discutir esse projeto com algum grau de detalhe, em função da importância que isso tem para a Cidade, da importância que tem para os proprietários de bancas de jornal e outras coisas. Quer dizer, é um assunto que veio também de forma meio extemporânea.

Como eu disse, quando Presidente da Comissão de Política Urbana, havia uma discussão, uma norma da Comissão de Política Urbana, de que se discutissem, no conjunto, todos esses projetos que estão tramitando e que, de alguma forma, interfiram na Lei Cidade

Limpa; e, de repente, atravessa todos os atalhos. É um projeto do Executivo, o projeto 236/2006. Eu confesso que, fora o aspecto da lei cidade limpa não tenho uma opinião formada se é bom para os proprietários de banca de jornal. Não sei quanto disso será o Município remunerado. Quer dizer, há muitos fatores, muitas interferências que um projeto como este causa e que não foram discutidas.

Portanto, pediria efetivamente que os Vereadores desta Casa tivessem a responsabilidade de não mexer sem uma análise aprofundada num dos projetos de maior sucesso junto à opinião pública que foi a lei cidade limpa.

Sr. Presidente, gostaria que constasse em ata que o projeto não está maduro, precisa de mais audiências públicas específicas. Precisamos chamar aqui e ouvir as bancas de jornal, as empresas que têm contrato com a Prefeitura e que hoje já estão explorando a mídia mobiliário urbano, agências de publicidade para saber qual é o valor efetivo que tem esse tipo de publicidade hoje, para que a Prefeitura possa saber quanto de valor pode estabelecer para regulamentar e se precisa ou não de concorrência.

Quer dizer, há muitos fatores a serem discutidos para que possamos aprovar esse projeto. Para mim, se aprovarmos hoje corremos o risco de causar um danos às bancas de jornal e à lei cidade limpa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Vereador Mario Covas Neto.

O SR. MARIO COVAS NETO – Sr. Presidente, só para dizer que minha convicção é contrária a esse projeto, mas quero ouvir a opinião das pessoas aqui presentes até para formar uma opinião mais embasada. A meu ver essa é uma entrada para um desvirtuamento total da lei cidade limpa. E acho que isso não vale a pena, de qualquer forma estou aqui para ouvir as demais opiniões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o primeiro inscrito, Sr. Felipe

Monteiro.

O SR. FELIPE MONTEIRO – Exmo. Sr. Presidente, Vereador Alfredinho; Exmo. Sr. Vereador Andrea Matarazzo, a quem parabênizo pelas palavras iniciais e torço sinceramente para que a sensibilidade pautar os debates desta Casa.

Sou Advogado e vim aqui debater um pouco esse projeto de lei. Preliminarmente, estamos aqui reunidos para um novo marco na cidade de São Paulo, contestarmos a lei cidade suja. A lei poderá sepultar o maior legado conquistado nos últimos anos pela Cidade. Com o prazo de apenas algumas horas vimos uma Comissão desta Casa decidir favoravelmente o parecer.

Além disso, a primeira audiência pública sobre a matéria durou apenas nove minutos, tempo muito escasso, inconcebível para uma discussão da magnitude desse projeto. Pode-se interpretar que foi criada uma farsa com roupagem de legalidade.

E agora com o açoitamento de todos os prazos razoáveis tentam fazer a população engolir um projeto que beneficia apenas uma minoria. E até mesmo, isso é bom pautar, a minoria que são os jornalheiros, não serão os maiores beneficiados. Engana-se quem acham que serão os maiores beneficiados, porque como foi dito e admitido pelo Sindicato da categoria, uma empresa fará a publicidade, tudo isso sem concorrência pública e sem licitação, numa afronta à lei geral das licitações.

Esperamos profundamente que hoje tenhamos a oportunidade de discutir os assuntos de real interesse da sociedade, e que esta não seja uma audiência pública com conotação de consulta pública, que não aceleremos a discussão por conta de interesses escusos.

Tenho certeza de que, se der espaço para a discussão, para o debate, não há a mínima possibilidade desse projeto de lei prosperar, porque ele afronta claramente a Lei Cidade Limpa, que foi o marco da cidade de São Paulo.

Por fim, gostaria de registrar que esse é apenas um projeto de cinco que estão

tramitando na Câmara e que pretende burlar, de forma disfarçada, ou descaracterizar a Lei Cidade Limpa. A partir da aprovação de um único projeto, será aberta uma via de mão única que nos levará a um mundo de sujeira, de poluição visual, degeneração da paisagem urbana e enriquecimento de poucos interessados, a troco de valor irrisório para os jornalistas. Usa-se, entanto, uma categoria desprovida como escudo ou cortina de fumaça.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Daniel Almeida Stein.

O SR. DANIEL ALMEIDA STEIN – Boa tarde a todos. Sou Advogado, atuo no setor da publicidade exterior há 15 anos, e ela ainda existe.

Lamento informar ao Vereador Matarazzo que o desafio que ele lançou aos Vereadores desta Casa não é um desafio, é uma missão impossível, porque não existem detalhes dessa lei: Modelo de banca será definido no futuro; custos serão definidos no futuro; padrões serão definidos no futuro; contrapartida será definida no futuro.

Então, o que existe nesta lei? Uma autorização de publicidade: até quatro painéis de 1,8 m por 90 cm em cada banca de jornal de São Paulo. É um projeto de reinserção das bancas de jornal em São Paulo, ou é um projeto de autorização de publicidade?

A pergunta que deve ser respondida nesta audiência é: Como esse projeto se insere numa política de paisagem urbana? Porque não vejo nada de política de paisagem urbana, só vejo uma autorização de publicidade, como bem disse o colega, que beneficia quem? Não sabemos.

Uma segunda pergunta em relação à contrapartida financeira: Eu estabeleço um preço, são três elementos na lei. Um elemento é chamado fator publicitário. O que é o fator publicitário? Novamente o futuro dirá. Não é com essa lei que a Câmara votará em benefício da população que se diz o que é esse fator publicitário, que não existe em nenhum lugar. Não existe na literatura, não existe na prática de mercado. É um ponto de interrogação, numa equação.

E um preço sem definição, ou é uma extorsão ou é uma facilitação, a gosto do governo de plantão; que, no futuro, tanto pode estabelecer um valor irrisório, como pode aumentar a seu bel-prazer. Então, a pergunta que fica é: por que não se definiu o fator publicitário agora?

Portanto, Vereador Matarazzo, não é um desafio, mas uma missão impossível que esta Câmara tem de discutir algo que, na prática, não está sendo discutido. Primeira votação já ocorreu, segunda votação será hoje, e qual é o debate que foi oferecido a cidade de São Paulo? Nenhum. A troca de que nós estamos ferindo a Lei Cidade Limpa? Não sei. Tenho um cheque em branco para o Executivo fazer o que quiser, e o que ele vai fazer também não sei.

Eu gostaria que realmente houvesse um debate e que todos se manifestassem.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Marcos Paulo Campos
Ferreira.

O SR. MARCOS PAULO CAMPOS FERREIRA DA COSTA – Bom dia. Nobre Presidente Alfredinho, Vereadores que compõem a Mesa, funcionários da Casa e todos os presentes.

Me chamo Marcos, sou estudante de Direito da PUC de São Paulo, interessado na matéria de Direito Urbanístico, gostaria de deixar duas questões para reflexão e debates dos nobres Vereadores e de todos os presentes, sobre este Projeto de Lei 236/2016.

Já é público e notório que nem os proprietários de bancas, nem seus sindicatos, terão condições de comercializar isoladamente, como bem disse o Vereador Matarazzo, os painéis publicitários. Inclusive, o próprio presidente do Sindicato já foi gravado, em conversas telefônicas, admitindo essa venda casada, venda conjunta de toda soma de painéis publicitários.

Estamos vendo que a mídia está cobrindo isso diariamente, que há interesses eleitorais e econômicos para a aprovação desse projeto, numa aprovação tão rápida, tão célere

como nunca se viu nesta Câmara Municipal. (Palmas e vaias)

Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Vamos fazer o seguinte, até para todos falarem com tranquilidade, vamos deixar as manifestações para o término da fala de cada um, seja a favor ou contra, para que a gente possa conduzir de forma muito democrática. Ao final da fala, podem aplaudir, vaiar, isso tudo é democrático.

O SR. MARCOS - Obrigado, Sr. Presidente.

Continuando, vimos que a atual gestão do Prefeito Fernando Haddad tem diminuído fortemente a fiscalização do cumprimento da Lei Cidade Limpa, de forma que facilitou enormemente a existência de atividades ilegais, de publicidade externa ilegal. Os interesses eleitorais, embora sejam questionáveis, podem ser entendidos, em certa medida, como legítimos, no entanto, Sr. Presidente e Srs. nobres Vereadores, como a gente pode legitimar os interesses ocultos de terceiros que tentam burlar a Lei de Licitações 8.666, e garantir que as suas atividades ilegais prossigam, continuem, interesses esses que são os mesmos que têm contribuído para uma aprovação tão célere desse projeto de lei.

A segunda questão que eu gostaria de deixar, brevemente, para concluir, nota-se que os projetos de lei de real interesse público, como saúde, moradia, educação e segurança, demoram três, quatro, seis meses para serem aprovados, no entanto, este projeto de lei, como bem disse o Vereador Matarazzo, em muito menos de um mês já está indo para a segunda votação, segunda audiência pública, sem nenhuma discussão. Zero discussão.

Como já mencionado muito bem pelos colegas anteriormente, eu gostaria de entender quais são esses interesses, dos reais beneficiários ocultos, que ninguém conhece, ninguém sabe desse projeto, serão terceiros que estão influenciando na aprovação tão rápida desse projeto, de que forma que estão influenciando? Para que estão influenciando?

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas e vaias)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Próxima oradora Regina Monteiro, CTPU e CMPU.

A SRA. REGINA MONTEIRO – CMPU Conselho Municipal de Política Urbana.

Vou tentar rapidamente contar uma história para vocês, porque tenham certeza de uma coisa: muitos dos jornaleiros que estão aqui trabalharam comigo quando eu estava lá fazendo a tal da Lei Cidade Limpa, vocês estão sendo refém do Poder Público, mais uma vez. Vou contar para vocês por quê.

Para me qualificar: sou funcionária pública de carreira, não sou funcionária de nenhum prefeito, sou funcionária da minha cidade. Exatamente. Quando a gente estudou essa coisa da Lei Cidade Limpa, que foi chamada de “Cidade Limpa”, a gente já vem estudando essa matéria desde 94. Aqui nesta própria Casa foi feita uma grande comissão de estudo, em 94, todo mundo estudou, falou, falou, falou. Bom, o que aconteceu? Veio na calada da noite tão rápido quanto essa, um vereador aprovou, o José Índio, uma lei horrorosa, que perdurou até 2003.

No Governo da Marta, ela até tentou fazer uma coisa bacana com o Secretário Jorge Wilhelm, falecido, o arquiteto, porém, todavia, contudo, aquela coisa de troca-troca, como a gente está vendo agora, em janeiro foi aprovada uma lei tão horrorosa da Vereadora Myriam Athiê, que tinha 90 itens vetados. Ninguém conseguia fazer mais nada nesta cidade com relação à paisagem, poluição ou política da paisagem urbana.

Quando me deram a chance de poder fazer alguma coisa, já estava tudo pronto, era só: pá, pá, pá, pá, eu sabia que não podíamos deixar a mídia exterior ficar dentro de lotes urbanos público ou privado. O que quer dizer isso? Tudo o que ficava na paisagem e que vocês estavam vendo, aquela poluição – tenho certeza que todo mundo aqui concorda que a Cidade estava o caos, aquela selvageria nos nossos olhos. Pichação também; pichação é uma delas, só que eu estou falando de mídia exterior, alguém ganhando em cima da gente. A mídia exterior são as pessoas ganhando em cima da gente. O espaço público é de todo mundo. Quando isso aconteceu, quando a gente conseguiu uma coisa, que o mobiliário urbano ia ser o

equipamento apropriado no espaço público que é de nós todos, OK; só que aí a gente tinha que fazer o seguinte, fazer um projeto, uma família para esta Cidade. Banca de jornal está lá escrito, como o próprio Vereador falou.

Aliás, Sr. Presidente, eu queria deixar registrado aqui que eu estou muito chocada que o Sr. Secretário José Américo não está aqui. Na última reunião, S.Exa. disse que eu estava estudando a lei e por isso que eu não estava aqui. É que eu não sabia. Gostaria que S.Exa. estivesse aqui, para ouvir o que eu tenho para falar do seu projeto de lei, que vai deixar esse povo todo refém. Queria ver S.Exa. dizer que não.

Continuando, o que aconteceu? Quando a gente fez o projeto para fazer com que o mobiliário fosse para a rua, quanta gente quebrou? Quantas empresas quebraram em nome do interesse público? O melhor postinho do Brasil que fazia, com publicidade... Está aqui o Sr. Júlio Albieri. Se não o quebraram, quase o mataram de câncer; e ele está aqui. Era a melhor publicidade que havia, organizada. Havia os postinhos georeferenciados.

Nós temos aqui um projeto de lei que não deixa venderem a publicidade. Aquela formulinha CP, contrapartida, que é igual a V, que é o valor do terreno, que é praça pública e calçada, vezes a área total do anúncio... Não se falou em publicidade. Quem vai dar esse valor é um conselho gestor que não existe. Sabem quando vão fazer isso? Nunquinha. Então, isso é muito importante falar, que, em detrimento de tudo o que todo mundo tem, tenham certeza que não vão conseguir.

Concluindo, eu estou entregando aqui 1.600 assinaturas da Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Leon Serra.

O SR. LEON SERRA – Sr. Presidente, eu sou autor de um livro sobre a Lei Cidade Limpa. Nessa condição é que eu pedi a palavra. Em primeiro lugar, eu queria lembrar um aspecto muito interessante: Todos os grande publicitários brasileiros, na época da aprovação da lei, eram favoráveis à Lei Cidade Limpa, o que me parece ser um tiro no pé. Por que um publicitário quer encerrar uma atividade de mídia exterior que existia na cidade de São Paulo?

A razão é porque era tão poluída a Cidade que não havia valor o anúncio publicitário, o *outdoor* na cidade de São Paulo. Então, nenhum publicitário queria fazer *outdoor* na cidade de São Paulo, porque entendia que sujava as marcas dos seus clientes.

Nós estamos saindo de uma lei atual, de uma regra atual, quando nós temos quatro mil publicidades legalizadas na cidade de São Paulo e inúmeras outros mil ilegais, porque a Prefeitura atual suspendeu a fiscalização no começo do seu mandato. Imediatamente, pela lei proposta, que, de fato, está indefinida, mas isso está definido, seria alguma coisa em torno de 14 mil. Então, a gente parte de um momento “x” atual de quatro mil anúncios para imediatamente mais outros 14 mil, ou seja, 18 mil. Neste momento, na Câmara, tramita-se um projeto de lei para pontos de táxis. São vários milhares. Há também a demanda de outros setores, bancas de flores e outros, que também são mobiliários urbanos e também reivindicam esse direito. Então, nós vamos sair de um momento quando a gente tem quatro mil anúncios para alguma coisa como 20 a 30 mil, que era o número de *outdoors* e publicidades ilegais que existiam na cidade de São Paulo naquela época. Então, a gente perguntava para Nizan Guanaes, Washington Olivetto e mesmo os publicitários pequenos e todos diziam: “Não têm valor”. Por isso, eles apoiavam a Lei Cidade Limpa nesta Cidade e eram contra a lei semelhante na cidade de Salvador. Por quê? Porque a cidade de Salvador tinha recentemente feito uma organização. Reduzido o número de anúncios, os anúncios passaram a ter valor.

O que acontece é que o ex-Vereador José Américo e o Sr. Prefeito Fernando Haddad estão vendendo terrenos na Lua. Em outras palavras, estão vendendo algo que hoje tem valor, porque hoje são apenas quatro mil anúncios, e entregando amanhã 18 mil. Não têm valor. Nenhum publicitário vai pôr um anúncio da Ford ou da General Motors - que é quem paga e quem dá valor, quem cria dinheiro ou criaria dinheiro para as bancas de jornais - nenhum publicitário vai dar esses grandes anunciantes numa cidade poluída. O que vai acontecer? Nós vamos ter aqueles anúncios sem valor, eventualmente de algum valor paroquial e só. Em outras palavras, nós vamos sujar a Cidade e nem por isso vamos beneficiar

os donos de bancas de jornal.

Concluindo, bancas de jornal têm uma destinação constitucional, que é a distribuição de informação jornalística. Por isso, elas têm um privilégio público que lhes é dado, que é o uso do espaço público. Ao mesmo tempo, elas têm essa missão, o direito dado pela Lei Cidade Limpa ao anúncio dos seus produtos, que são os produtos que devem dar a sua viabilidade econômica. Na medida em que os anúncios não forem mais dos jornais, não faz sentido constitucional. As bancas teriam que abrir mão do espaço público que elas ocupam nas calçadas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Rubens Rita Júnior.

O SR. RUBENS RITA JÚNIOR – Sr. Presidente, Srs. Vereadores e todos os presentes, bom dia. Eu vim hoje na qualidade de cidadão, pedir a V.Exas. e me dirigir somente a V.Exas., com um apelo, de que não deixem que essa PL seja aprovada, que não deixem que ela passe, sob pena de por, em risco, talvez o maior avanço que eu, com 40 anos de idade, vi, até hoje, na cidade de São Paulo. Talvez seja a única bandeira que nós possamos ostentar, com orgulho, quando falamos com pessoas que já viajaram para outros lugares do mundo. São os avanços conseguidos com a Lei Cidade Limpa. Então, esse retrocesso, e me parece ser um retrocesso, deve nos preocupar, sobretudo pelos custos, pelo que vão onerar a Cidade. Eu entendo que o que se especula, coisa em torno de sete milhões de arrecadação e mais internet grátis, não seja suficiente para compor a necessidade da população, frente aos interesses de uma minoria muito pequena, que não será atendida na sua vastidão, uma vez que não há um critério de equilíbrio entre as bancas que estão localizadas nos locais de maior interesse publicitário e aquelas que estão escondidas lá no bairro onde eu moro. Então, principalmente pelo retrocesso, peço a V.Exas., mais uma vez, por gentileza, que não deixem passar essa PL.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Cibele Sampaio, da CPPU.

A SRA. CIBELE SAMPAIO – Bom dia a todos. Eu sou representante da sociedade civil. Não faço parte de nenhum partido, não faço parte de nenhuma Autarquia nem da Prefeitura. Eu faço parte de dois conselhos da Cidade. Atualmente tem 40 conselhos. Da Comissão de Política Urbana e da Comissão de proteção a paisagem urbana. Na verdade, o projeto não passou nos dois conselhos. Ele foi rejeitado. Ai tivemos a surpresa de ver a Câmara adiantada já com a segunda audiência pública desse projeto.

A Lei Cidade Limpa foi copiada de grandes cidades do exterior. A Prefeitura de São Paulo recebeu o prêmio internacional na Expo Xangai 2010. Isso foi uma vitória. Agora, vamos romper essa lei? É o começo do fim, a verdade é essa. Nós queremos uma volta ao passado?

- Manifestação na galeria.

— A SRA. CIBELE - Queremos uma volta ao passado? Queremos a cidade poluída visualmente? É só isso que queremos dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Próximo é o Sr. Diego Fernandes.

O SR. DIEGO FERNANDES – Bom dia. Essa questão, como destacado por todos, é de grande relevância não apenas para um grupo de pessoas. As falas que estão sendo feitas são contra as dos donos de bancas de jornal, o que em absoluto não é. Estamos todos cidadãos.

- Manifestação na galeria.

O SR. DIEGO FERNANDES – Somos todos cidadãos de São Paulo. O que me impressiona nesse projeto é o fato que há quatro meses, em 02 de fevereiro, o Prefeito Fernando Haddad vetou o PL 220/2014, que tinha justamente por objetivo a exploração publicitária em bancas de jornal. Esse projeto foi vetado sob alegação - fora um erro de

iniciativa – de que o interesse de poucos particulares, e ai falava dos donos de bancas de jornal, não justificaria relativizar os benefícios da Lei Cidade Limpa, que naquele momento completava 10 anos.

Então, essa reverencia a Lei Cidade Limpa, em pouco tempo, por esse projeto que estamos discutindo, começou a ser relativizada e não veio desacompanhado. Como já disseram os colegas anteriores, veio esse, semana passada foi aprovada a exploração dos vidros traseiros dos táxis e está em discussão os pontos de táxis e assim vai indo. A gente não entende o que está sendo engendrado por essa sistemática de ataque à Lei Cidade Limpa. Não vejo o que mudou desde o veto do PL 220 que tramitou nesta Casa por dois anos.

Então, a pergunta que eu faço é o que incomoda na Lei Cidade Limpa? O que de fato ela errou se pensada como política pública? Não é isso que parece pelas falas dos arquitetos e urbanistas que falaram aqui.

Outra questão pontual que suscitou dúvida na leitura do projeto é que ele cria um Fundo destinado ao mobiliário urbano e a paisagem urbana. Todo o valor que os donos de bancas pagarão vai compor esse fundo. Como é típico desse tipo de fundo, ele não está caracterizado: quem serão os conselheiros, como será o mandato, onde será aplicado?

Então, cria uma incerteza, fora todas as incertezas destacadas inclusive pelo Vereador Andrea Matarazzo, que não conseguimos não retomar o que a Regina Monteiro disse. Traz incertezas que os senhores poderão ser explorados sim. A vaia ao orador não vai adiantar de nada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Próxima é Gabriele Oliveira.

A SRA. GABRIELE OLIVEIRA – Bom dia. Eu venho, na verdade, fazer algumas perguntas. Nem à sociedade de São Paulo – e falo como cidadã -, por exemplo: existe essa fórmula na lei, mas não existe nenhuma definição do que seja o fator publicitário. Ele será definido depois.

Outra: teremos, também, uma remuneração que os donos das bancas de jornais terão que pagar para a Prefeitura e SP Urbanismo por esse serviço prestado, mais isso também não está definido, e o será por Decreto posterior.

Será tudo por Decreto, Regulamento, por que essa indefinição? Por que essa subjetividade se o interesse público está em jogo. É de interesse público, sim, saber de antemão quanto cada um terá que pagar. É um absurdo isso não estar definido até agora. Deixarão a cargo unilateral do Poder Público?

Como cidadã que preza pela Cidade Limpa – tenho muito orgulho – mas também preza por cada uma das pessoas que arregança as mangas e trabalha, acho isso injusto. É injusto deixar na mão do Poder Público esse tipo de definição.

Por final, se deixarmos nas mãos do Poder Público, ficará muito difícil saber.

Aquelas pessoas que querem investir junto com os jornaleiros, fazerem investimentos para adequar as bancas ao modelo – que, também, não está definido na legislação, é claro -, como é que vão saber o quanto investirão se não há um modelo definido, se não está definido quais serviços adicionais: wi fi, banheiro, tudo isso tem um custo muito grande, e, se não estiver definido desde o início, me desculpem mas ninguém vai conseguir investimento para vincular publicidade em bancas. Vai ficar muito difícil. (Palmas)

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Quero parabenizar todos que estão falando pelo cumprimento à risca do tempo.

O próximo é o Sr. Pedro Coelho.

O SR. PEDRO COELHO – Bom dia, pessoal.

Alguns dos jornaleiros já me conhecem. Sou da JCDCo. Para mim, é um tanto difícil falar aqui porque, obviamente, sou concessionário do Município.

Estou vendo pelos debates que há um grupo pró e outro contra. Quando o grupo pró fala, o outro vai e vice-versa.

Não sou pró nem contra.

Como empresa de publicidade, na verdade, o mobiliário urbano, para quem não sabe, teve esse conceito criado há 50 anos pela JCDCo na França. Um dos mobiliários urbanos explorados pela JCDCo é a banca de jornal, como é o caso, por exemplo, em Paris, em Salvador e Belo Horizonte.

Então, nós somos, de um lado, interessados por isso porque será um meio de mídia a mais, mas em São Paulo isso traz certo prejuízo ao contrato dos relógios.

Respondendo algumas perguntas que ouvi, como falei, não quero me posicionar nem pró nem contra, mas quero trazer alguns esclarecimentos.

Sobre os relógios e os abrigos, falados não sei por quem aqui, foram objeto de licitação. As concessionárias pagam, de fato, uma remuneração ao Município, como vocês deverão pagar. Essa remuneração, quando alguma empresa de mídia assumir, se formos nós, imaginamos que vão querer repassar esse custo para a gente.

De fato, se a lei passar, acho que devem cobrar dos Vereadores que deixem claro para vocês porque vai nos ajudar também, ou seja, as empresas de mídia a se posicionarem com relação ao preço, do quanto valem as bancas e tal.

Como falei, em Salvador, exploramos o mobiliário urbano na forma de banca. Temos mil mobiliários urbanos em Salvador, dentre eles, relógios, abrigos de ônibus, banca de jornal.

O modelo de Salvador foi por licitação, quando as empresas interessadas participaram, grandes empresas na época, em 99. Cada empresa que era adjudicada tinha obrigação de instalar todos os mobiliários urbanos, inclusive, as bancas. Essa era uma grande vantagem para os jornaleiros da época porque a empresa que assumia fornecia uma banca, e, realmente, para o Município acabava sendo uma grande vantagem e para o Município também porque se uniformizaram as bancas de Salvador. Então, todas as bancas de Salvador são de um mesmo modelo. Ganhou o jornaleiro porque o jornaleiro acabou tendo uma banca nova. A

manutenção toda da banca é dada pela empresa concessionária do Município. Se o modelo é diferente, a preocupação maior, eu acho que - e até vi, na outra vez... (ininteligível)..., havia um senhorzinho que falou assim: "Pô, tenho uma banca lá em Pirituba, será que minha banca vai ter interesse? Será que vou ter acesso a essa banca padrão?".

Então isso também, para quem tem banca mais distante, acho que vale apenas vocês cobrarem isso de quem... Do pessoal que está no projeto de lei.

Estava conversando mais cedo com o Mantovani e o Mantovani: "Pô, realmente, Pedro (?), isso daí está meio obscuro aqui para a gente, a gente não sabe o que é o modelo padrão".

Queria muito definir agora. Pô, faz a força aí do Sindicato para tentar justamente essa parte crua, como falou o Vereador, ser um pouquinho mais cozinhada na lei para, quando a lei sair,...

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Concluindo.

P - concluindo, sair o bolo interessante, não aquele bolo molenga que ninguém vai querer comer, né?

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Obrigado.

P - Mais uma vez, não estou nem contra, mas acho que alguns esclarecimentos seriam bons para a gente, empresas de mídia, e para vocês mais ainda, os quiosqueiros. (Palmas)

O SR. ANDREA MATARAZZO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Pela ordem, o Vereador Andrea Matarazzo.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Queria entender. Vejo que já temos aqui uma solução. Considerando que aquele que explora as mídias na Cidade hoje não é a favor nem contra - para ele, tanto faz -, já é um dado bom para futura análise.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Verdade, é um ator a menos para a gente ter de discutir. É, acho que é uma informação interessante que a gente teve. Está, inclusive, dando consultoria para o pessoal, do que eles devem pedir... Acho interessante... Mas é bom mesmo. Quer dizer, então não interfere. Um dado que eu pensei que tivesse problemas; não há problemas, pelo que eu entendi, para as empresas que hoje exploram a publicidade na Cidade.

Não identificado. Interessante, né, Vereador?, porque há um contrato firmado para exploração de 4 mil pontos; vai haver outros 14 mil para concorrer, e não há problema nenhum... Perfeito. Interessante...

O SR. ANDREA MATARAZZO – É uma boa notícia.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Anunciar a presença aqui do Vereador Police Neto, que é o Presidente da Comissão de Transporte. (Palmas) Aqui conosco.

Chamar, para falar, o próximo inscrito, o Sr. Francisco Júnior. O senhor fala, porque eu não consegui entender.

O SR. FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA (?) JÚNIOR - Por lá, bom dia a todos. Meu nome é Francisco José Teixeira (?) Júnior, sou consultor ambiental, professor de Meio Ambiente, cursos técnicos, pessoal de Química. Vim falar sobre a cidade limpa, que foi um projeto importantíssimo para a cidade de São Paulo.

São Paulo está poluída. Nós vivemos embaixo dos resíduos sólidos. E, com a cidade limpa, quem vai ganhar com o tal desse projeto são as bancas de jornal. Por quê? Bem jornaleiro, coloca propaganda, ganha 15 mil o jornaleiro; a empresa revista *Veja* já coloca, ganha dinheiro; e o cara que fez a propaganda na revista *Veja* ganha dinheiro. E a questão ambiental? Quem vai pagar o meio ambiente, quem vai pagar a saúde pública na questão ambiental?

Se for assim, se for aprovar, então cada jornaleiro, cada propaganda de revista e cada empresário vai pagar uma taxa para o meio ambiente, o que haja um TAC, compensação ambiental: vai plantar uma árvore, vai cuidar do meio ambiente e, há os custos de um TAC,

senão eu sou contra, porque é um retrocesso.

Quando se vai para o exterior, a cidade está limpa. Quem ganha é o jornalista.

- Vaias na galeria.

P - não o povo de São Paulo, não o estudante da periferia. Não é honesto. Não são aqueles que pegam ônibus, ou eu que trabalho, dou aula para 500 alunos de Técnico Ambiental.

Quem vai ganhar? São os jornalistas que vão ganhar o capital. Por enquanto, sou contra. O povo de São Paulo é contra esta lei.

Nós temos de manter sim a cidade limpa.

Muito obrigado.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Muito obrigado.

Silêncio, pessoal. O Sr. Fábio Fortes.

O SR. FÁBIO FORTES - Gente, um bom dia.

Na verdade, um breve registro, como Presidente da Associação de Moradores de Santa Cecília. Isso aí é mais um improviso, com resultados imprevisíveis. É mentira. Quer dizer, é mais um caos nesse cenário urbano da atual Administração - esta é a pura realidade. Quero só lembrar aqui alguns jornalistas - e muitos me conhecem - que, quando foi assessor do então Deputado José Anibal, estive ao lado de vocês, quando acusavam as bancas de jornal de pontos de drogas, de questão de insegurança. Queriam remover todo esse mobiliário. E, pelo contrário, eu que trabalhei na São Paulo Turismo, reconheço, em cada um desses jornalistas, a maior fonte de informação na Cidade. Prestam um grande serviço, coisa que nem esta Casa é capaz de fazer e muito menos a Prefeitura porque você não consegue nem sinalizar o viário da Cidade. Essa é a incapacidade desta administração de sequer conseguir sinalizar o viário da cidade de São Paulo. Então, uma dependência direta do carinho de vocês. E não é para o turista que está vindo de fora não, mas para quem mora nesta Cidade. Eu vejo

muito isso acontecer.

Se abrir o precedente – e olha que ali próximo ao Minhocão, hoje, só tem lá o que eles chamam de parque, mas que na verdade é um verdadeiro criador de pernilongos. É isso que esta tua gestão que se diz moderninha está criando pernilongo no entorno do Minhocão e muitos prédios que começaram já abandonaram. Essa é uma questão de legislação.

Tem dois seres inimutáveis na Cidade: usuário de crack e pichador. Se abrirem o precedente para bancas de jornal, como associação de moradores, vou convocar todos os prédios da nossa região para que aquelas empenas retornem com toda a força. Se vai abrir para banca de jornal, ótimo, mas também vai ter de valer para todos os muros que estão abandonados na Cidade.

Se for ter de valer para uns, vai ter de valer para todo mundo. E aí é o fim da Cidade Limpa, o que a gente está, então, pleiteando nesta audiência. É isso?

- Aplausos na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Próximo, José Antônio Mantovani.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MANTOVANI - Sou Presidente do Sindicato dos Jornaleiros de São Paulo. É muito importante ter esta audiência agora. Vou refutar e colocar às claras várias falas feitas.

Primeiro em relação à legalidade da lei: existe na Lei Cidade Limpa todos os requisitos que estão enquadrados a banca de jornal. Então, quem fez a Lei Cidade Limpa está incluído que a banca pode ter publicidade.

A segunda coisa é com relação à concorrência pública. Não existe nenhuma banca em São Paulo que não foi objeto de concorrência pública. Todas as bancas em São Paulo já foram licitadas.

Com relação ao artigo do Sr. Leão Serva, o senhor é um jornalista, então, se o

senhor falou errado, está enganado, é pior do que se for por maldade. Não existem 4.500 bancas em São Paulo. São 3.500 bancas. Não existem quatro mil pontos de faces da Optima e da Odebrecht – existem mil pontos da Optima, da JCDCo com duas faces cada um, são dois mil; a Odebrecht coloca 4.500 faces. Então, hoje, tem 6.500 faces. A possibilidade da Odebrecht é utilizar 7.500 pontos com duas faces cada um, o que dá 15 mil pontos. O senhor escreve errado dizendo que vamos ter 18 mil, que é a totalidade, como se todas as bancas pudessem colocar quatro painéis. Não é verdade. Muitas das bancas têm a traseira encostada no muro, outras com a lateral que não é viável. Então, se o senhor faz isso desinformado, é pior porque o senhor é jornalista. Então, não sei quais são seus interesses.

- Manifestação na galeria.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MANTOVANI – Você tem o artigo desse senhor que eu não o motivo dele estar fazendo isso ou a mando de quem. Conforme a Raquel Rolnik escreveu em seu artigo, o que temos é um negocio que está em jogo onde apenas duas empresas exploram esse negócio – a Odebrecht e a Bandeirantes que são donas da Optima e a JCDCo que está aqui e nos procurou para poder participar do projeto.

Não é uma questão de Cidade Limpa. A Raquel Rolnik esclareceu que recebeu diversos e-mails endereçados por uma única pessoa, como se fosse uma assessoria de imprensa, então, tudo aqui é um jogo de interesses.

A sociedade não aguenta mais esses lobistas da Odebrecht. Tudo quanto é rolo que tem na Cidade, a Odebrecht está montada. Não aguenta mais esses rolos. Essas pessoas que estão pseudo defendendo a Cidade Limpa está defendendo o interesse privado de uma empresa.

- Aplausos na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Alcides Amazonas, ex-subprefeito da Sé. Depois, Sr. Alexandre Gonçalves.

O SR. ALEXANDRE GONÇALVES – Sou jornalista há 25 anos e atualmente as bancas de São Paulo estão com o pires na mão. Não tem condição de vender jornal e revista em São Paulo porque não há público mais para jornal e revista e somos totalmente a favor da Cidade Limpa porque cada banca na cidade de São Paulo quando abre, somos obrigados a limpar toda a imundice que está em volta. Somos obrigados a tirar todos os cobertores e as coisas que os indigentes deixam lá.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Melhor o senhor falar moradores de rua, fica mais elegante.

O SR. ALEXANDRE GONÇALVES – Pois não. Moradores de rua.

Então, aquelas pessoas que ajudamos um pouco quando dá, nós sim fazemos a limpeza e deixamos a cidade limpa. Quando as pessoas passam as oito ou nove horas da manhã na Cidade, a Cidade já está limpa, o quarteirão já está limpo e as bancas possuem jornais e revistas. Às vezes acordamos de madrugada e abrimos a banca e já tem propaganda, a *Veja* já colocou a sua propaganda, a *Folha* já colocou a sua propaganda, as portas já estão com propaganda. Não somos contra, nós vendemos isso também e não ganhamos mais nada porque não vendemos mais nada.

Aqui estou por mim. Não estou falando em nome de sindicato. Queria fazer uma pergunta. Quem paga sindicato aqui? Ninguém paga sindicato. O sindicato está com o pires na mão. O Presidente do sindicato é dono de uma banca também. O que está parecendo para nós é o sobrevivo das bancas de jornal no Estado de São Paulo.

Queria concluir dizendo que onde está a Odebrecht tem rolo. Muito obrigado.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Sr. Porfírio da Silva Melo.

O SR. PORFÍRIO DA SILVA MELO – Bom dia a todos. Gostaria de dizer que tem

razão o Vereador Matarazzo e o Vereador Mario Covas quando dizem que a Lei está crua. Eles dizem isso desinformados porque a Câmara fez uma comissão para discutir a consolidação de todas as leis e decretos de bancas que são inúmeros. Nós viemos, apresentamos propostas, várias entidades civis ligadas ao mobiliário urbano fizeram também. A Câmara não fez nada. Sumiu.

Depois teve uma comissão especial de mobiliário urbano, coordenada pelo Vereador Nabil Bonduki, que teve cinco sessões lotando o primeiro andar. Nós viemos e fizemos várias propostas e não só isso, fizemos um documento com mais de 100 páginas, protocolamos - está lá na biblioteca – com todas as nossas justificativas para um projeto de lei, Vereador, que redigimos e entregamos para o Sr. Vereador Goulart no ano de 2000. Se cada uma das pessoas, aqui presentes, cada um dos senhores, trouxesse aqui 300 pessoas, vocês igualariam o abaixo-assinado de 60 mil assinaturas, que está na Câmara, em apoio a um projeto novo para as bancas, incluindo a publicidade.

Desculpe-me, sr. publicitário, mas o senhor também está desinformado. O senhor deveria se informar melhor, porque não valerá de nada a publicidade. Todas as bancas da Paulista sofrem os efeitos do tempo. De tempos em tempos, elas têm de passar por uma reforma. Todas elas foram trocadas quando ainda havia publicidade dos jornais – isso, antes da Lei Cidade Limpa. Como que não valia nada? Desconhecimento absoluto da história da publicidade.

Fizemos esse projeto de lei. Passamos em todos os gabinetes dos Srs. Vereadores. Todos apoiaram... Nem foi votado! O Sr. Presidente da Câmara, na época, o nobre Vereador Melão, nos recebeu. S. Exa. nos afirmou que colocaria o projeto, sim, em votação, que apoiaria, porque atendia ao interesse público. O interesse público foi documentado com 60 mil assinaturas. Quero ver quantos PLs têm 60 mil assinaturas. Quantos?

Bom, não só o Sr. Presidente da Câmara nos recebeu, assim como o Sr. Prefeito também, Dr. Regis de Oliveira, que era Professor Titular de Direito Constitucional da USP. O Sr. Prefeito afirmou, na frente de 600 jornalheiros, que S.Exa. apoiava, porque as leis municipais que dispõem sobre mobiliário urbano são de atribuição privativa do Sr. Prefeito. Então, o Sr.

Prefeito tem de sancionar. Essa matéria foi amplamente discutida, não só na Câmara, como também pela população: daí as 60 mil assinaturas. Portanto, é inquestionável o interesse público. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Avelar Gomes.

O SR. AVELAR GOMES – Bom dia. Sou Avelar Gomes, sou Jornaleiro.

Cumprimento a todos.

Todos que vieram a esta Casa e que são contrários à Lei Cidade Limpa se esqueceram do artigo 22, XII, que prevê a publicidade em bancas de jornal. Só falta a regulamentação desse artigo, que é justamente o que estamos discutindo agora. (Palmas)

Discutir é uma coisa. Agora, tem de mostrar a realidade. Não adianta, aqui, queremos defender o monopólio. O Brasil não aguenta mais isso. Para onde vamos? É interesse de uns, interesse de outros... Temos de caminhar sem esses interesses absurdos. A concorrência é algo bom, é saudável. Imaginem se no Brasil tivéssemos só a Volkswagen? Hoje estaríamos pagando quanto por um carro? Olhem quanto está custando o quilo do feijão? E por quê? Porque está nas mãos de alguns. A concorrência é saudável no mundo inteiro. Vamos parar com isso! (Palmas)

Com relação à publicidade em bancas de jornal, em um país mais desenvolvido, existe a publicidade em bancas de jornal, padronizada e organizada. Não sei por que uma cidade como São Paulo, a maior do país, não há essa publicidade. Em Belo Horizonte tem, no Rio de Janeiro tem, Porto Alegre tem, Curitiba tem, Paris tem, Barcelona tem. A banca de jornal é um ponto vivo na cidade. Segundo pesquisas, há dois pontos que o paulistano mais gosta: banca de jornal e padaria. (Palmas)

Você vai à banca de jornal de bem com a vida. Às vezes, você está esperando alguém, então, vai à banca de jornal e folheia uma revista, vê uma notícia. É saudável ir à banca de jornal. E a propaganda modernizará as bancas, deixará a Cidade mais bonita, mais iluminada. Então, a Cidade se transformará em algo muito mais bonito, ao contrário do que muitos falaram, que haveria pichação, que a Cidade ficaria feia, poluída. Não tem nada disso, pelo contrário. A Cidade ficará muito mais bonita.

Essa foi a minha contribuição. Espero que os Srs. Vereadores realmente abracem esse projeto, que é importante. Várias cidades têm esse projeto. Por que não aqui em São Paulo?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Anderson Rodrigues.

O SR. ANDERSON RODRIGUES – Bom dia a todos.

Temos, aqui, um momento muito importante para nós, jornalheiros, que se configura em uma demonstração de democracia que, poucas vezes, encontramos em nossa Cidade, em nosso País. Hoje, ao passar pela Consolação, vi 30, 50 painéis da Otima instalados no meio da Avenida! Pelo que sabemos, teria de haver somente dois painéis por ponto de ônibus. Eu vi 30. Isso é ou não poluir a Cidade? (Palmas)

Cadê a fiscalização? Porque todos sabemos que jornalista é multado, é perseguido. Quer dizer, a minoria, neste país, não raramente está sempre sofrendo nas mãos dos políticos. Podemos confiar em poucos e essa é a nossa realidade. Hoje, o Brasil começa a dar um passo para a democracia, para a igualdade. Com a Operação Lava Jato estamos mostrando que não suportamos mais viver neste mundo sujo da política. Espero que, daqui para frente, possamos caminhar realmente nesse sentido, mostrando que é possível viver dignamente, com qualidade. É isso o que o jornalista está buscando aqui. O jornalista está vindo buscar um pouquinho mais do espaço que ele já tem. O jornalista contribui para a Cidade; traz informação; sempre está à disposição do público todos os dias; limpa a Cidade. Ou seja, ele não vai sujar a Cidade. Os painéis serão implantados dentro do espaço da banca de jornal. Quantas bancas poderão receber esses painéis? Temos 3.500 bancas. Será que 2.000 conseguirão receber? Ou se forem as 3.500, será que teremos dois painéis por banca? Ou seja, o número de painéis é pequeno. Enquanto que o abuso que empresas como a Otima, que são defendidas aqui por algumas pessoas, está correndo solto. (Palmas)

E mais: sabemos que os contratos dessas empresas não estão legalizados, estão sendo investigados e não se fala nada na mídia. Por que não se fala na mídia? Enquanto isso, a mídia veiculou 20 matérias dizendo que a Lei Cidade Limpa seria corrompida. Corrompida onde? O que está acontecendo?

Será que está faltando um pouco mais para começar a aparecer? O que está acontecendo aí? Obrigado a todos. Foi para deixar minha contribuição. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Próximo inscrito é o Sr. Laerte Brazil.

O SR. LAERTE BRAZIL – Sou Presidente da Confederação de Sustentabilidade do

Trabalho e Empreendedorismo da cidade de São Paulo e também Presidente da Uniglobal Trabalho Cidade, uma central organizada em 95 países.

Primeiramente saúdo o Sr. Presidente da Comissão e os demais Srs. Vereadores e a todos e todos presentes. Tenho uma pesquisa feita em 180 cidades sobre publicidade em empreendimentos como bancas de jornais e táxis. Vou citar três cidades, escolhi as mais desenvolvidas: Londres, Nova Iorque e Paris. Nessas cidades, as bancas têm publicidade, que também estão em taxis, lojas e outros empreendimentos.

A Lei Cidade Limpa, em São Paulo, vamos dizer que já nasceu suja. Afinal, durante longos anos, o Governo do Estado na mão do Sr. Geraldo Alckmin tem políticas públicas retrógradas e vem expulsando o emprego da Cidade. Essa lei vem contribuir justamente para a expulsão do emprego em São Paulo.

Qual é minha defesa? É defendendo sim a propaganda e a publicidade em bancas de jornais e ainda defendo que se estenda até as lojas e outros empreendimentos. Vou pedir para aqueles que tenham visão global ou mesmo progressiva, que abra ala e deixe o povo trabalhar. É o que eu tinha para dizer. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Próximo inscrito é o Sr. João Ferraz.

O SR. JOÃO FERRAZ – Cumprimento a todos. Meu nome é João Ferraz, sou consultor de empresas. De tudo isso que ouvi, tenho algumas dúvidas que gostaria de propor como reflexão.

É de interesse cuidar da paisagem urbana, parece que é um dos focos. Gostaria de saber se o que agride mais é publicidade em banca de jornal ou a própria banca que, por falta de recursos, do jornaleiro, fica sem manutenção. Às vezes, as bancas ficam simplesmente fechadas e acontece de algumas estarem até fétidas em São Paulo.

Esse projeto de lei que permite a publicidade em banca é uma forma de o jornaleiro obter algum recurso para prover aquilo que é obrigação dele: manter a banca e o seu entorno num raio de 5 metros.

O que me preocupa é quando a gente congrega pessoas que, obrigatoriamente, deveriam ter a preocupação com a paisagem urbana, mas o que se fica discutindo são os valores da publicidade e se ela pode ser feita ou não.

A Lei Cidade Limpa prevê anúncios especiais, por exemplo, e vale lembrar que tivemos o prazer de participar de uma reunião extraordinária na CPPU – sempre que vamos, somos bem recebidos –, onde nossa proposta foi parcialmente aprovada. Veja bem: não foi reprovada, nem indeferida, foi aprovada parcialmente.

E o que significa essa parcialidade? Significa que nós, na nossa proposta, não poderíamos incluir a logomarca do patrocinador. Gente, qual é a diferença entre um anúncio especial em que eu possa estar falando, numa banca mal atendida e sem manutenção, de zika vírus ou de coca-cola? Qual é a diferença? Não existe.

Então se eu posso fazer um anúncio de interesse público que se faça e, assim, essa banca será atendida e adequadamente limpa e constantemente cuidada, para que nossa paisagem e nossa cidade, realmente, tenha ganhos significativos.

Quando discutimos publicidade, dá impressão que aqueles que discutem estão realmente preocupados é se mídia em banca de jornal vai tirar um pouco da lucratividade de ponto de ônibus e relógio. Só isso, obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Próximo inscrito é o Sr. Carlos.

O SR. CARLOS – Pela fala dos senhores presentes, percebo Srs. Vereadores Alfredinho e José Police Neto, que é necessário abrir uma CPI para averiguar – ou, pelo menos, explicar – porque essa publicidade em bancas de jornais.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS – Já tem CPI? Que bom. No mais, parece que essa legislação, segundo falaram, foi feita à la Cunha, de Brasília, por gente que conhece os trâmites, portanto, é esquisito.

E, por fim, não sei se leram a lei. Ela tem uma série de contradições, pelo menos,

que eu vi em dois minutos, em quatro artigos.

E mais: a boa técnica legislativa não permite se misturar publicidade em banca com a criação de um fundo municipal. Por si só, ela lei não pode ser votada. Portanto, viva a Cidade Limpa e viva a cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Próximo é o Sr. José Armênio de Brito Cruz, Presidente do Instituto Arquitetos do Brasil. Só lembrando que faltam ainda uns seis inscritos.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Bom dia Vereador Alfredinho Presidente da comissão. Bom dia Vereador José Police Neto. Cumprimento todos os colegas presentes.

Minha colocação vai no sentido do nosso ofício de arquiteto. Sou Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil no Departamento de São Paulo. Vimos a conquista da Lei Cidade Limpa como um passo bastante importante na melhoria da paisagem urbana da cidade São Paulo, como, imagino, todos também viram. Todos também acreditaram nessa lei. Foi uma lei majoritariamente apoiada pela população de São Paulo.

Queria solidarizar-me, aqui, com o pessoal das bancas, pelo seguinte: assim como eles, todos nós estamos vivendo uma situação de crise econômica muito séria. E, como arquiteto, posso dizer que nossa classe também está passando por isso. A busca de novas maneiras para aumentar as receitas dos escritórios e dos nossos negócios é constante.

Além disso, o jornaleiro é um personagem fundamental para a Cidade. É fundamental até mesmo para a segurança da Cidade. Ele faz parte da paisagem urbana e a colocação que desejo fazer aqui vai procurar um pouco do fla-flu que estamos vendo, ou seja, se é contra ou a favor e entrar mais no mantra que os arquitetos têm exposto.

O Brasil tem se ressentido, ou ainda, tem se recusado, ultimamente, a colocar em pauta o que é, tecnicamente, ou o que seria um dos instrumentos mais importantes para conseguirmos construir uma Cidade e um País melhores, que é o projeto. (Palmas)

Precisamos discutir como será o projeto. Não importa se é contra ou favor da

publicidade. Não sou contra a publicidade nas bancas de jornal não. Não sou contra. (Palmas)
Sou a favor de discutir como vai ser essa publicidade, como vai ser esse projeto. Ele não entrou na CPPU. Está presente o nosso representante do IAB na CPPU. O IAB tem assento em todos os conselhos. Temos de discutir o projeto, sem isso, sou contra. (Palmas) Discutindo o projeto, vamos chegar socialmente na melhor solução.

- Manifestação na galeria.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – De acordo com uma das entidades com assento na CPPU, isso não foi colocado no fórum. Talvez tenha sido aqui na Câmara, mas, de fato, como entidade voluntária e como membro de uma entidade que trabalha voluntariamente, não tenho tanta informação do que está acontecendo diariamente aqui na Câmara.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Conclua, por favor.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Concluindo, proponho que os Srs. Vereadores, uma vez que essa discussão vai entrar em pauta nesta tarde, votem pela suspensão até que se tenha a discussão efetiva do projeto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado. O senhor já ultrapassou o tempo.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – A discussão de projeto...

- Manifestação na galeria.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Dez segundos.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Conclua, por favor.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Fui interrompido quatro vezes.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Sim, mas já dei tempo para o senhor compensar as interrupções.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Então, dez segundos para o senhor concluir.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – O projeto é a principal arma contra a corrupção e pela segurança do cidadão na cidade de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado. O próximo orador é o Sr. Gabriel.

O SR. GABRIEL – Bom dia! Estou aqui como cidadão. Também acho importante que a gente saia desse “nós” contra “eles”. Também não tenho nada contra a publicidade em bancas. Teria de ver como seria e os jornaleiros fazem um trabalho importantíssimo para a Cidade.

Sobre a discussão, está claro que ninguém soube dessas discussões anteriores. Talvez vocês de sindicatos e tudo soubessem. A população não sabia. Representantes da OAB não sabiam. Eu que sou interessado em temas urbanos não sabia.

Também quero repudiar a fala do Mantovani, desculpe, como se quem se coloca contra esse projeto estivesse defendendo a Odebrecht, o JCDcaux ou seja lá o que for. Não estou nem aí para elas, estou me importando com a cidade de São Paulo e é por isso que estou aqui. (Palmas)

A lógica da Lei Cidade Limpa além de limpar a Cidade, obviamente, da maneira como foi feita, era secar toda a publicidade privada que existia, de maneira que ela passaria a ser gerida pelo Poder Público trazendo um benefício à sociedade. O benefício foi o mobiliário urbano que foi feito e tudo o mais. Essa era a lógica.

Quando se cria uma série de anúncios privados a mais, você fere esse interesse público de trocar o mobiliário urbano, claramente, de maneira centralizada pelo Estado. Os projetos devem surgir pelo que eles trazem de bom.

Nesse caso não houve um concurso público para definir, por exemplo, como serão as bancas. (Palmas)

- Manifestação na galeria.

O SR. GABRIEL – Enfim, eu até conheço um projeto antigo de banca...

Estão me interrompendo.

- Manifestação na galeria.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Pessoal, deixe eu combinar o que é fundamental aqui. Por maior que sejam os nossos antagonismos, se a gente não permitir os três minutos para cada um que vem ao microfone, a gente não conclui nunca. A gente vai fazer um pacto que é muito simples: enquanto tiver alguém falando naquele microfone, ninguém fala; quando ele concluir, todo mundo se manifesta. Mas enquanto estiver falando, todo mundo vai reservar o direito de ele falar.

Tem a palavra.

O SR. GABRIEL - Obrigado.

Sessenta e oito por cento da população aprova a Lei Cidade Limpa, na última pesquisa que foi feita, ou seja, é importante que ela seja vista com cuidado.

Desculpem os jornalheiros, mas pelo depoimento de alguns, ficou claro que, para vocês, serve como uma complementação de renda, mas isso tem de ser discutido de uma maneira melhor, que não fira o interesse coletivo. Um dos motivos de o Brasil viver essa crise econômica foram políticas que privilegiaram determinados setores. Não será isso que vai salvar a atividade de vocês ou táxi, por exemplo, o projeto dos pontos de táxi. Para os políticos interessa criar cabos eleitorais, a quatro meses da eleição. É só a gente discutir melhor, seria importante que não fosse feito isso num último ano de mandato, surgindo assim sem ampla discussão, a toque de caixa. Isso não pode continuar desse jeito.

Sobre o excesso da publicidade atual, que isso seja fiscalizado, então. Não será ter mais publicidade, emporcalhar mais a cidade que vai resolver isso.

Obrigado.

- Manifestação da plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao Gabriel e chamo a Neide França, que tem o microfone à sua disposição por até três minutos. Depois da Sra. Neide, o próximo é o Sr. Zenébio Carvalho de Macedo.

A SRA. NEIDE FRANÇA – Boa tarde a todos. Meu nome é Neide França, trabalho na Total Express, há 25 anos, uma empresa de publicações do Grupo Abril. Estou aqui como pessoa física, porque estou em férias.

Venho pedir encarecidamente, já que os Vereadores não estão aqui, mas acho que esteja gravando, que vocês votem a aprovação dessa lei, porque em 25, ou 27 anos, de Grupo, eu vi de 10 mil bancas, em São Paulo, virarem 3.500. Vi também, 200 bancas fechando todos os anos.

Eu aprovo a lei. Preciso que vocês aprovem, por favor. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço à Neide e chamo o Sr. Carvalho de Macedo.

- Manifestações na plateia.

O SR. ZENÓBIO CARVALHO DE MACEDO – Boa tarde a todos. Meu nome é Zenóbio.

- Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O Sr. Zenóbio está com a palavra.

O SR. ZENÓBIO CARVALHO DE MACEDO – Boa tarde a todos, tenham o meu afeto, meu abraço. Sou mineiro, de Belo Horizonte, acabei de chegar agora, desci no Tietê pelo

Contijo, sou membro da diretoria do Sindicato dos Jornaleiros, de Belo Horizonte, sou empresário. Tenho 20 anos de experiência com mídia em banca. A nossa mídia foi a primeira aprovada em banca, pelo Eduardo Azeredo, prefeito, em 91/92.

A mídia em banca, a publicidade em banca, trouxe grande melhoria para a cidade, limpou a cidade. As bancas eram feias e com o dinheiro da mídia puderam trocar as bancas, puseram bancas novas na cidade. Nós trocamos todas as bancas, não tem uma banca velha em Belo Horizonte, só na última periferia.

Em todas as áreas as bancas estão novas, trocadas e a prefeitura tem instrumento para impensar a empresa de publicidade e obrigar a trocar a banca. Só não liberar a mídia, obrigar a pintar a banca, obrigar até encapar com inox, dependendo da posição.

Nós, na parte da Savassi que é o nosso ponto lá, igual a Paulista aqui, existe quem encapa com inox.

Parâmetros de arrecadação da Prefeitura, é só olhar o nosso parâmetro lá, dá suponhamos a metade daqui, aqui é o dobro. Curitiba, olha o parâmetro do preço de Curitiba e taxa. Olha o Rio, Porto Alegre, Salvador e taxa. As empresas arrecadam, arrecadam para o município para aplicar no social.

Quero dizer isso, que existe uma competição, não existe monopólio em Belo Horizonte. Lá em Belo Horizonte tem cinco empresas, eu conheço todas elas, que JCDCo, inclusive, a Perfil Mídia, a PAD, BH Mídia, a Publibanca, há uma concorrência, uma competição. O jornaleiro é disputado a laço. Isso aumenta o preço e a prefeitura pode cobrar. Pode cobrar. (Palmas)

Um abraço para vocês.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado Zenóbio. Chamo agora a Cristiana Farias e peço que se prepare o Anselmo.

A SRA. CRISTIANA FARIAS – Boa tarde a todos. Sou a Cristiana Farias, trabalho com o Vereador Ricardo Nunes, venho aqui para explanar e deixar registrada a minha opinião

e a do Vereador de que somos contrários ao projeto pelo jeito que foi, a forma que está, sendo estabelecida nesse projeto. É preciso de mais discussão.

Como um grupo falou, teve anos discutindo, só que pelo jeito que está a lei, não está muito bem clara.

Na verdade assim, se for de bem comum a todos e se discutir a coisa em prol e clara, ninguém vai ser contrário. A gente está aqui querendo que se mantenha a cidade limpa. Não estou falando que necessariamente a publicação dentro das bancas vai ser ruim, mas ela tem de estar dentro das normalidades, porque senão as coisas vão... sabe, se perdendo.

Tenho mais a dizer é só isso: nós somos totalmente contra, mas a gente tem que deixar as coisas claras, porque a gente está cansado das coisas erradas que existem neste país.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço à Cristiana Farias e chamo o Anselmo, em seguida o sempre Vereador e Subprefeito da Sé Alcides Amazonas.

O SR. ANSELMO – Meu nome é Anselmo, sou jornalista há 30 anos, entrei em 85, o prefeito era o Sr. Jânio Quadros. Muitos que me antecederam aqui nasceram depois, talvez não tiveram conhecimento da administração do Sr. Jânio Quadros.

O que fica conosco aqui é que o nosso status melhorou muito nesta audiência pública em relação a duas audiências públicas que fizemos, antes de aprovar a nossa Ponte para o Futuro, que quem a construiu e aprovou estão dentro desta Casa.

Na administração anterior, nós éramos conhecidos como receptores de produtos roubados, vocês se recordam. Inclusive o jornal que é representado pelo Sr. Leão Serva, que esteve aqui até a pouco, foi quem fez o infográfico acusando os jornalistas, na época, de serem receptores de produtos roubados e pontos que acobertavam bandidos que assaltavam clientes de banco. Só muda a vogal, muito próximo banco e banca. Então nós privilegiávamos a saidinha de banco.

Agora, o nosso status mudou. A primeira pessoa que tomou a palavra e falou –

antes de falar dessa primeira pessoa vou pedir um favor: quem é jornalista aqui, por favor, levante a mão. (Pausa) Muito bom, muito bom. Porque eu achava que só tinha advogado, aqui dentro, defendendo a Odebrecht e o monopólio, porque são duas empresas que monopolizaram a publicidade num País capitalista. O maior exemplo de capitalismo está dentro de São Paulo.

Nós temos três bandeiras ali: a do município, a do estado e da federação. Dá a impressão que estamos discutindo em Cuba ou na antiga União soviética, que não tem publicidade. Nós estamos discutindo publicidade, se pode ou não, em país capitalista. É estranho.

Quem defende a publicidade, defende o monopólio da Odebrecht e da Bandeirantes, a Optima.

Por que estou falando deste lado? Porque aqui estou dentro da minha banca. Então a minha banca, como o primeiro que falou, falou suja, a cidade suja. A palavra e a frase mais escrita nesses últimos 15 dias chama-se: cidade limpa. Agora, eu saio da minha banca e vou até a cidade limpa porque todo mundo falou da cidade limpa. Aqui eu estou do lado da cidade limpa. Ali fica a minha banca, aqui fica um ponto de ônibus. Nesse ponto de ônibus que está em frente ao Bradesco da Av. Ibirapuera tem 10 painéis de publicidade. E aí falam que nós vamos poluir a cidade? Em cima da minha banca está escrito: “Mantenha a Cidade Limpa”. Tem um jornalista que falou que abre a banca às 5h30. O senhor abre tarde. Eu abri às 4h30 hoje, peguei a minha vassoura, que eu troquei a pilha ontem, e limpei todo o entorno da minha banca. Nós criamos um mantra além de quem não frequenta a banca, o cavaleiro que me antecedeu, parece que ele está em outro planeta. Ele não frequenta banca, ele chutou tudo. Então, finalizando, o nosso mantra é: “jornaleiro, um amigo em cada esquina”, e complementando isso: banca é cidade limpa e banca limpa a cidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Alcides Amazonas.

O SR. ALCIDES AMAZONAS – Quero, primeiramente, cumprimentar o Vereador

Police Neto e o Vereador Alfredinho. Eu acompanhei o debate atentamente e estou chegando a algumas conclusões. Antes de exercer o mandato de Vereador e de Deputado fui sindicalista por mais de 20 anos e acho que a gente precisa sempre valorizar os sindicalistas, os sindicatos, portanto, parabéns ao sindicato que vem conduzindo esse processo, essa discussão que não é fácil. A última tarefa que cumpri, por dois anos, foi de subprefeito da Sé e ao longo de diversos governos na região central, se estabeleceu o processo que uma hora foi chamado de revitalização agora se chama de requalificação do espaço público. Para uma boa parte dos nossos arquitetos e urbanistas creio que esses não estão aqui sempre se pensa na requalificação ou revitalização do espaço público no cimento, no concreto e na fachada. Tudo isso é muito importante, mas de que adianta termos belas fachadas e não termos as pessoas para apreciar essas belas fachadas.

Nesses dois anos a frente da subprefeitura da Sé nós chamamos um conjunto de debates para a gente alterar alguns conceitos exatamente esse de ocupação dos espaços públicos porque temos de pensar acima de tudo nas pessoas. Belas fachadas, mas pensar nas pessoas. Eu não tenho tempo aqui para dizer das diversas iniciativas do atual governo. Eu, como subprefeito da Sé junto com a minha equipe de valorização dos espaços públicos, poderia falar dos *parklets*, já são 25 inaugurados na região central; eu poderia falar de alguns espaços abandonados e ocupados pelo crack, e que hoje estamos transformando em cartão postal, mas eu queria focar na banca porque eu, percorrendo a região central, via muitas bancas feias, desarrumadas, enferrujadas. A primeira iniciativa que tomei foi chamar o sindicato e as bancas daqui da praça da Sé.

Eles falaram que estavam à disposição para comemorar e eu estava dizendo que vejo muitas divergências, mais muita convergência também. Duas convergências importantes: todos aqui defendem a cidade limpa. Isso é importante. A cidade limpa trouxe benefícios para São Paulo. Todos defendem também as bancas de jornais pela sua história, pela parte da cultura da nossa Cidade. Nossas bancas em São Paulo são reconhecidas. Dificilmente você

chega nas cidades e você vê boas bancas e boas padarias como tem em São Paulo. Somos uma referência nesse assunto. Esse debate está superado.

Agora, entramos no tema da publicidade. Quando chamei o pessoal das bancas e falei que a gente precisava tomar algumas medidas para que as bancas pudessem colaborar para a gente ter um centro mais agradável, para ocuparmos mais e melhor os espaços públicos, o principal argumento que ouvi foi o seguinte: “Nós estamos dispostos a colaborar, mas nós estamos descapitalizados por tudo o que aconteceu”, como vocês já disseram aqui. Aí, entrou também esse debate, já faz bastante tempo. Há 2 anos aqui na Subprefeitura da Sé que eu estou ouvindo o debate desse projeto.

Entrou o debate desse debate. Eu me posicionei, junto a todas as bancas, favoravelmente a esse projeto. Fui convencido disso exatamente porque ele não fere a Lei Cidade Limpa. As bancas de jornais têm toda essa história na cidade de São Paulo. Já aprovamos aqui muitas leis, e essas leis são aprovadas e depois ajustadas com outros projetos de lei. Hoje, por ocasião da segunda votação do projeto, todos os Vereadores – convencidos por um lado ou por outro – poderão apresentar substitutivo, com o debate acumulado, para melhorar inclusive a lei. Há projetos que chegam aqui não muito bons e saem daqui melhores. Acho que, certamente, este debate feito aqui foi produtivo e penso que temos todas as condições de avançar hoje. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado ao ex-Vereador Alcides Amazonas.

Informo que a reunião da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente foi transferida para a Sala Oscar Pedroso Horta. Vamos continuar aqui com a reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em seguida.

Tem a palavra o Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Presidente e todos os que nos acompanham, vou tentar ser bastante breve. Há elementos trazidos hoje que são fundamentais para a reflexão não só de um Vereador, mas de toda a sociedade. O primeiro deles é que é verdade: a banca

é mobiliário urbano e está junto com outros 25 itens do mobiliário urbano que podem recepcionar a publicidade. Está lá. Tem toda a razão: o artigo 22 traz 25 itens. A preocupação que temos que ter é: até onde é possível de fato se flexibilizar aquilo que foi um avanço, sim.

É verdade, Anselmo, que a Cidade não se como limpa hoje na sua plenitude. Mas não há como não reconhecer, e a presença de vocês aqui pedindo publicidade na banca é o maior acerto da Lei Cidade Limpa. Caso contrário, vocês não estariam aqui pedindo a oportunidade de ter publicidade nela. Porque, senão, esta reunião não existiria. Só existe um debate hoje sobre ter exposição de produtos – e, portanto, ter um mercado acessório para banca – porque existe a Lei Cidade Limpa. Caso contrário, ninguém estaria aqui; a publicidade sairia em todas as empenas de prédios, estaria em todos os pontos de táxi. Então, há um ganho material da Cidade, que foi conquistado nos últimos 10 anos.

O que precisamos discutir aqui é: faremos isso neste momento? Aí, na discussão sobre se é hora de se fazer isso, vêm elementos fundamentais. O IAB vem aqui e diz que este não foi um debate que aconteceu em um espaço adequado do debate da paisagem. A Cidade tem uma Comissão que foi criada exatamente para isso, inclusive para proteger o futuro anúncio da banca de manter anúncios em todos os lugares da Cidade além da banca. (Palmas)

Portanto, há algo fundamental que a lei nos deu: um controle, que não é da minha necessidade circunstancial. Está certo, a banca merece de todos nós uma reflexão profunda para continuar existir; só não sei se é com publicidade. Essa é a questão que eu queria colocar a vocês.

A verdade, Presidente, é que ninguém aqui é contra a banca, muito pelo contrário. A Câmara Municipal votou projeto ampliando a possibilidade de venda de produtos dentro das bancas, anunciando, portanto, uma necessidade de mudança. Porque esse negócio que a gente carrega na mão mudou a forma como as pessoas leem as coisas. Assim, perdeu-se muito aquilo que era comercializado dentro da banca.

Ninguém pode fechar os olhos para isso. Estamos discutindo outra ponta: para

solucionar uma questão econômica, de estruturação de um negócio que está em um espaço público e por isso alguns só têm direito. Não são os 11 milhões e 493 mil cidadãos que têm o direito a banca.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Estou falando em direito. Quem venceu uma licitação e ter o direito de ter, regularmente, sua banca. Portanto, há um espaço público para comercializar produtos. O relógio não comercializa produtos diretamente. Também aconteceu uma licitação.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Calma. Para o ponto de ônibus também foi feita uma licitação pública. A melhor coisa que nos traz o sindicato dos jornaleros é a necessidade de uma CPI, até porque todos os painéis instalados foram instalados pela atual gestão. Não quero nem defender a anterior, mas todos foram instalados por esta, que quer permitir, agora, a publicidade em bancas. Então, está muito tranquilo fazer esse debate, e o Alfredinho pode nos ajudar. Todos os painéis instalados – todos – foram instalados à luz da atual gestão do Prefeito Haddad. Foi ele que autorizou todos eles.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Vamos entender como é isso? Mas o Prefeito que assumiu, se ele tivesse uma discordância, como está sendo anunciada por vocês, era só ele suspender o contrato e não dar vigência a ele. O que temos que entender é que nós defenderemos ou não dois elementos fundamentais. Um é a Cidade Limpa – e me parece que todos aqui estão dispostos -; o segundo é: se aceitamos a Lei Cidade Limpa, ela estabeleceu um órgão que vai anunciar a possibilidade, para esse rol, de outros 23. Porque, dos 25 componentes do nosso mobiliário urbano, 2 têm lei própria para isso. Porque, quando foi aprovada a Lei Cidade Limpa, em 2006, já tínhamos publicidade nos relógios e já tínhamos exposições nos abrigos.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Tinha exposição nos abrigos que ficavam dentro dos corredores. Portanto, o que se aprovou na Câmara Municipal – que foi uma permissão para o Executivo licitar – foram só 2 elementos. O que se está discutindo aqui é um terceiro, do mobiliário, que, eu digo aqui, topo. Está na lei como ponto de táxi, está na lei como abrigo de venda de flores.

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Pessoal, a gente precisa terminar e eu preciso expor o meu ponto de vista. Você vai poder falar comigo depois. O que eu tenho que dizer é que acho fundamental não atropelarmos aquilo que nós mesmos escolhemos para corrigir esse percurso. Nós criamos uma Comissão de Paisagem, que não se manifestou no projeto, e não foi porque eu não quis. (Palmas) É porque o projeto que chegou a Casa não foi submetido a ele como deveria; porque, aí, ganharia força frente a todos aqueles que se reuniram para garantir a Lei Cidade Limpa até aqui e, portanto, ser atrativo no momento de hoje para responder uma questão econômica. Aqui estamos analisando como a Lei Cidade Limpa – autorizando ou não publicidade – para responder a um problema econômico verdadeiro, que todos reconhecem que as bancas atravessam. Vocês registraram isso hoje ao microfone. Para podermos trocar a banca – foi o que foi dito hoje -...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Aqui estamos buscando isso. Se nós escolhemos, por lei, ter um órgão de controle dela, não me parece adequado atropelarmos aquilo que a lei nos deu, que é a proteção, para definir onde a publicidade deve estar.

Falo em nome do PSD. Do jeito que o projeto chegou, sem respeitar uma manifestação expressa daquilo que a lei nos deu, que é a Comissão que dá proteção, sim, à paisagem da Cidade, é impossível dar um voto favorável, mesmo reconhecendo todo o mérito que todos os jornalistas tiveram. Isso não afasta a necessidade de investigar. Se têm dúvidas,

investiguem a todos. Mas que essa investigação não sirva como elemento para ampliar aquilo que se quer aqui. Para ampliar, a gente diz “não”; para debater dentro do Conselho, a gente diz “sim”, e as bancas terão essa oportunidade, seguindo a orientação que nos impôs a lei que nós aprovamos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Vereador José Police Neto.

Dou por encerrada a audiência pública do PL relativo às bancas de jornais. Muito obrigado a todos.
